

O IMPACTO DO NOVO ENSINO MÉDIO NOS VESTIBULARES

Sarah Cristhynne de Oliveira Pereira ¹ Myrella Vitória Freire Martins ²

Mary Joice Paranaguá Rios Rodrigues ³

RESUMO

O presente estudo investiga a percepção dos estudantes sobre os impactos do Novo Ensino Médio em sua formação acadêmica e na preparação para os vestibulares. Foi desenvolvido com o objetivo de analisar como os itinerários formativos e as novas disciplinas interferem na trajetória escolar e nas expectativas em relação ao acesso ao ensino superior, tendo em vista que a reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, embora proponha maior protagonismo estudantil, tem gerado controvérsias quanto à sua efetividade e equidade. Para tanto, foi necessário investigar se os alunos consideram que os itinerários formativos e disciplinas eletivas contribuem efetivamente para sua formação pessoal e acadêmica, verificar se há coerência entre os conteúdos abordados no novo sistema e as exigências dos vestibulares e do ENEM, e identificar dificuldades enfrentadas pelos estudantes na preparação para os processos seletivos em razão da nova organização curricular. Norteado por Demerval Saviani, o qual critica a fragmentação do conhecimento, por Romualdo Portela, que analisa a política educacional brasileira e os impactos nas reformas do ensino médio e Lígia Martha, a qual articula a consequência do Novo Ensino Médio para a identidade e o protagonismo juvenil. Realizou-se, assim, uma pesquisa descritiva com abordagem mista, com a finalidade de interpretar cada uma das experiências investigadas. Por conseguinte, os resultados permitiram a seguinte conclusão: apesar das boas intenções da proposta, ainda há um descompasso entre os objetivos do Novo Ensino Médio e as reais demandas dos estudantes no que se refere ao acesso ao ensino superior.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio, Vestibulares, Percepção discente.

⁻ Universidade Lusófona/Lisboa, maryrios@professor.uema.br.



¹ Graduanda do Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, sarah01academico@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, myrellavfm@gmail.com;

³ Professora Assistente IV da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Doutoranda em Ciências da Educação



INTRODUÇÃO

A reformulação do Ensino Médio brasileiro constitui uma das transformações mais impactantes da educação básica nas últimas décadas, suscitando amplos debates sobre suas implicações pedagógicas e sociais. Sob a justificativa de promover maior flexibilidade curricular e estimular o protagonismo juvenil, o Novo Ensino Médio introduziu os itinerários formativos e as disciplinas eletivas, com o propósito de aproximar o processo educativo dos interesses, habilidades e projetos de vida dos estudantes. Contudo, embora sua proposta tenha sido apresentada como um avanço em direção à personalização da aprendizagem, sua implementação tem revelado desafios significativos, sobretudo no que se refere à preparação dos alunos para o acesso ao ensino superior.

Diante desse cenário, a presente pesquisa tem como objetivo analisar como os itinerários formativos e as novas disciplinas interferem na trajetória escolar e nas expectativas em relação ao ingresso no ensino superior, considerando a percepção dos estudantes como elemento central nesse processo. A escolha por investigar a visão dos alunos justifica-se por seu papel essencial no cotidiano escolar e por serem os principais afetados pela nova organização curricular, que, segundo relatos recorrentes, tem reduzido a carga horária de disciplinas tradicionais em favor de componentes eletivos e projetos integradores.

O referencial teórico fundamenta-se nas contribuições de Dermeval Saviani (2008), que defende o papel da escola na garantia do acesso ao conhecimento historicamente produzido, alertando para os riscos da fragmentação do saber diante de currículos excessivamente flexíveis; de Lígia Martha Coelho (2021), que evidencia as contradições do Novo Ensino Médio e suas possíveis implicações para o aumento das desigualdades educacionais; e de Romualdo Portela (2019), que problematiza o direcionamento das reformas educacionais às demandas do mercado, em detrimento da formação crítica e cidadã.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem mista, que combina dados quantitativos e qualitativos para uma compreensão mais ampla do fenômeno investigado. O estudo foi realizado com alunos do 2º e 3º anos do Ensino Médio do Centro de Ensino Médio Domingos Vieira Filho, que responderam a um questionário estruturado abordando percepções sobre a nova organização curricular e suas repercussões em relação ao futuro acadêmico.

Os resultados apontaram que, apesar das boas intenções da proposta, ainda existe um





descompasso entre os objetivos do Novo Ensino Médio e as reais demandas dos estudantes, especialmente no que tange à preparação para o ingresso no ensino superior. Tal constatação evidencia a necessidade de repensar a implementação das mudanças curriculares, de modo a garantir que a flexibilização do ensino não comprometa o acesso ao conhecimento essencial nem amplie as desigualdades educacionais já existentes.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, de caráter descritivo, com o objetivo de analisar o impacto do Novo Ensino Médio nos vestibulares a partir da percepção dos estudantes da rede pública. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de quantificar e interpretar tendências e opiniões dos participantes, permitindo uma visão mais clara sobre como as mudanças curriculares repercutem na preparação para os exames de ingresso ao ensino superior. A amostra foi constituída por 107 estudantes regularmente matriculados no 2º e 3º ano do Ensino Médio, sendo selecionados de forma não probabilística por conveniência, em razão da disponibilidade e acessibilidade dos alunos no momento da coleta. Embora essa técnica não permita generalizações para todo o universo dos estudantes, ela se mostrou adequada para os fins deste estudo, possibilitando uma análise inicial das percepções em um grupo representativo do contexto investigado. Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário estruturado, composto por cinco questões de múltipla escolha. As perguntas foram elaboradas de modo a contemplar aspectos centrais da experiência dos estudantes com o Novo Ensino Médio, abordando: (1) a relação das disciplinas dos itinerários formativos com os interesses pessoais e projetos futuros; (2) a contribuição dessas disciplinas para o estudo dos conteúdos tradicionalmente exigidos nos vestibulares; (3) possíveis reduções na carga horária de matérias consideradas essenciais; (4) a percepção dos estudantes acerca da disponibilidade de tempo para estudo ao longo do ano letivo; e (5) a comparação entre o Novo Ensino Médio e o modelo anterior no que diz respeito à preparação para os vestibulares. A aplicação do questionário ocorreu de forma presencial, durante o horário regular de aulas, com a devida autorização da direção escolar. Esse procedimento buscou assegurar maior adesão e confiabilidade nas respostas, já que os estudantes puderam participar em um ambiente familiar e supervisionado. Após a coleta, os dados foram organizados e tabulados em gráficos, permitindo a visualização e interpretação das tendências predominantes nas respostas. A análise





concentrouse em identificar percepções majoritárias e eventuais divergências entre os estudantes, contribuindo para compreender de que maneira as mudanças trazidas pelo Novo Ensino Médio têm impactado sua trajetória escolar e suas expectativas em relação ao ingresso no ensino superior.

REFERENCIAL TEÓRICO

A reforma do Ensino Médio brasileiro, consolidada pela Lei nº 13.415/2017, trouxe transformações profundas na organização curricular dessa etapa da educação básica. Entre as principais mudanças estão a ampliação da carga horária mínima, a introdução dos itinerários formativos e uma maior flexibilização na escolha de disciplinas por parte dos estudantes. Essas alterações visam modernizar o ensino e aproximá-lo das realidades e interesses juvenis, mas também suscitam críticas quanto à qualidade da formação e às desigualdades educacionais que podem ser agravadas por sua implementação. Um dos aspectos mais discutidos refere-se a como essas transformações podem repercutir nos exames vestibulares e no acesso ao ensino superior, já que o currículo e o perfil formativo dos estudantes sofrerão alterações significativas.

Segundo Lígia Martha Coelho (2012), as mudanças estruturais no tempo e na organização escolar impactam diretamente as condições de aprendizagem. Em suas análises sobre a ampliação da jornada escolar e a educação integral, a autora destaca que "a escola faz a diferença quando altera sua organização, suas práticas e seus sujeitos" (COELHO, 2012, p. 115). Embora se refira principalmente ao Ensino Fundamental, essa reflexão é aplicável ao Ensino Médio: a simples ampliação da carga horária, sem revisão profunda das práticas pedagógicas e das condições materiais, não garante melhora na qualidade da aprendizagem. Assim, no contexto do Novo Ensino Médio, a promessa de uma formação mais flexível pode resultar em fragilização da base comum de conteúdos, o que afetaria diretamente a preparação dos estudantes para os vestibulares que, historicamente, exigem um domínio amplo e sistematizado de saberes.

Sob uma ótica próxima, Romualdo Portela analisa a relação entre expansão do acesso e qualidade da educação. Para o autor, a universalização do ensino no Brasil deslocou o foco da exclusão escolar para a exclusão por baixa qualidade da aprendizagem. Como afirma: "A expansão do ensino fundamental decorre da democratização do acesso. Em consequência da universalização, a exclusão e a desigualdade geradas pelo ensino mudaram de natureza e de lugar. Hoje, o fator de exclusão é a qualidade do que se aprende" (OLIVEIRA, 2008).





Aplicando esse raciocínio ao Ensino Médio, percebe-se que, se a reforma não garantir condições de qualidade, a flexibilização curricular pode aprofundar desigualdades, pois estudantes de escolas com infraestrutura precária e itinerários limitados estarão em desvantagem nos exames seletivos.

Além disso, Portela (2013) ressalta que "a escola de tempo integral ou que vise uma formação integral é uma possibilidade para a melhoria do ensino no Brasil", mas alerta que tal proposta requer recursos, gestão e formação docente adequados. Essa advertência é essencial para compreender o desafio do Novo Ensino Médio: sua eficácia depende menos da reforma legal e mais da concretização das condições reais de aprendizagem, as quais determinam, em última instância, o desempenho dos estudantes nos vestibulares.

Já Dermeval Saviani, sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, oferece uma leitura mais estrutural do problema. Ele entende o Ensino Médio como uma etapa que deve assegurar formação omnilateral, ou seja, o desenvolvimento intelectual, técnico e humano dos sujeitos. Saviani critica as reformas que reduzem o ensino médio a uma preparação técnica ou instrumental, desprovida de conteúdo científico e reflexivo. Em análise histórica sobre o antigo segundo grau, o autor observa que "não havia propriamente um 'emaranhado de interpretações' sobre o 2º Grau, mas sim a falta de equacionamento do real problema" (SAVIANI, 1989, p. 47), apontando que o núcleo da questão sempre foi a definição do papel social do ensino médio, se voltado à formação geral ou à formação para o trabalho.

A partir dessas perspectivas, observa-se que o impacto do Novo Ensino Médio nos vestibulares pode ocorrer em diversas dimensões. Primeiramente, a redução da base comum e a diversificação de itinerários podem gerar assimetria de conteúdos entre os estudantes, tornando os exames seletivos menos equitativos. Além disso, a ausência de diretrizes claras de alinhamento entre o novo currículo e os sistemas de seleção superior cria insegurança tanto para as escolas quanto para os alunos. Em segundo lugar, conforme apontam Coelho e Portela, as condições concretas de implementação — tempo, infraestrutura e formação docente — são determinantes para que as mudanças curriculares produzam resultados positivos. Caso contrário, a reforma pode transformar-se em mais um mecanismo de reprodução das desigualdades educacionais, ao favorecer apenas aqueles que já dispõem de condições privilegiadas de estudo e acesso a conteúdos extracurriculares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO





Gráfico 1. As disciplinas dos itinerários fazem sentido para seus interesses e planos de futuro?

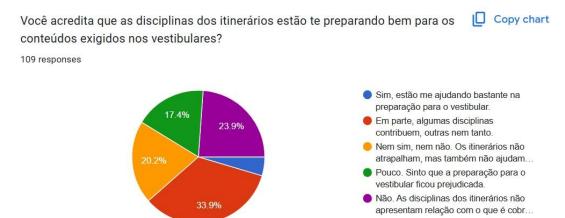


O gráfico revela um panorama de percepções bastante diversificado entre os estudantes. Observa-se que apenas 8,3% afirmaram que as disciplinas fazem sentido "totalmente" para seus interesses, enquanto 21,3% responderam que isso ocorre "em grande parte". Juntas, essas duas categorias somam apenas 29,6% dos participantes, o que demonstra que menos de um terço dos alunos percebe uma conexão clara entre o que é ensinado e seus projetos de vida ou escolhas profissionais. Em contrapartida, uma parcela significativa de 25,9% declarou que as disciplinas fazem sentido "mais ou menos", evidenciando uma percepção intermediária, na qual há certo reconhecimento de relevância, mas ainda com limitações. Por outro lado, 20,4% afirmaram que as disciplinas fazem "pouco sentido", e 24,1% disseram que "não fazem sentido de forma alguma", o que representa quase metade dos respondentes (44,5%) expressando insatisfação ou falta de identificação com os itinerários formativos. Esses resultados indicam um distanciamento entre o currículo proposto e os interesses reais dos estudantes, o que pode estar relacionado à falta de flexibilidade nas opções de itinerários, à ausência de clareza sobre os objetivos das disciplinas, ou ainda à carência de ações de orientação profissional e de projeto de vida. Tal cenário é preocupante, pois a falta de identificação dos alunos com as disciplinas pode afetar diretamente a motivação, o engajamento e a qualidade da aprendizagem. Portanto, torna-se necessário repensar as estratégias pedagógicas, buscando aproximar o conteúdo dos itinerários das realidades, expectativas e perspectivas futuras dos jovens, tornando o processo educativo mais significativo, contextualizado e coerente com seus interesses pessoais e profissionais.





Gráfico 2. Você acredita que as disciplinas dos itinerários formativos estão te preparando bem para os conteúdos exigidos nos vestibulares?



A análise evidencia uma percepção predominantemente crítica entre os estudantes em relação à contribuição dos itinerários formativos para a preparação para os vestibulares. De acordo com os dados, apenas 4,6% dos alunos afirmaram que os itinerários estão ajudando bastante na preparação, enquanto 33,9% responderam que "em parte, algumas disciplinas contribuem, outras nem tanto". Esse grupo demonstra que, embora haja certo reconhecimento do valor de algumas atividades, ainda existe uma lacuna significativa na relação entre o conteúdo dos itinerários e as exigências dos exames seletivos.

Por outro lado, 20,2% dos respondentes afirmaram que "nem sim, nem não", indicando que os itinerários não interferem diretamente, mas também não acrescentam à preparação. Já 17,4% disseram que "pouco", expressando a percepção de que a preparação para o vestibular foi prejudicada pela forma como os itinerários são estruturados. O dado mais preocupante, no entanto, é o de 23,9% dos alunos que responderam "não", afirmando que as disciplinas dos itinerários não apresentam relação com o que é cobrado nos vestibulares.

Em conjunto, 61,5% dos estudantes (somando as respostas "nem sim, nem não", "pouco" e "não") revelam insatisfação ou percebem pouca efetividade dos itinerários no desenvolvimento dos conhecimentos necessários para os exames de ingresso ao ensino superior. Esse resultado sugere que a implementação do Novo Ensino Médio, ao priorizar os itinerários formativos, pode estar gerando uma desconexão entre o currículo escolar e as demandas dos vestibulares, que continuam baseados em conteúdos tradicionais e amplos.

Essa discrepância indica a necessidade de repensar a integração entre a formação geral





básica e os itinerários formativos, garantindo que as novas propostas curriculares não comprometam a preparação dos alunos para as avaliações externas. É fundamental que as escolas equilibrem o desenvolvimento de competências e projetos de vida com a consolidação dos conteúdos exigidos pelos processos seletivos. Além disso, é recomendável que os itinerários sejam planejados de forma interdisciplinar, articulando habilidades práticas e teóricas, para que os estudantes percebam sua relevância tanto para o vestibular quanto para sua formação pessoal e profissional.

Gráfico 3. Alguma disciplina importante para o vestibular ficou de fora da sua carga horária por causa dos itinerários?



O gráfico revela uma percepção majoritariamente negativa por parte dos estudantes quanto à manutenção das disciplinas consideradas essenciais à preparação para os vestibulares. Conforme os dados apresentados, 38,5% dos respondentes afirmaram que várias disciplinas importantes sofreram redução significativa em sua carga horária, enquanto 20,2% disseram que pelo menos uma ou duas disciplinas essenciais tiveram menos foco. Juntas, essas duas categorias somam 58,7% dos participantes, indicando que mais da metade dos alunos percebeu uma diminuição preocupante na presença de conteúdos fundamentais para o ingresso no ensino superior.

Além disso, 24,8% afirmaram que "acham que sim, mas não têm certeza", o que evidencia uma percepção de incerteza ou falta de clareza sobre a organização curricular e sobre como os itinerários estão impactando o aprendizado. Essa dúvida pode estar relacionada à falta de comunicação eficaz entre escola e estudantes sobre o propósito e a estrutura do Novo Ensino Médio. Já 9,2% disseram que a carga horária das disciplinas principais foi mantida, e apenas





7,3% afirmaram que ainda tiveram reforço em matérias importantes por meio dos itinerários — porcentagens pequenas diante do total de respostas, o que reforça a predominância de opiniões críticas.

De modo geral, os resultados sugerem que os estudantes sentem que o Novo Ensino Médio, ao incorporar os itinerários formativos, tem comprometido a carga horária de disciplinas centrais para os vestibulares. Essa percepção aponta para um dos principais desafios da reforma: equilibrar o desenvolvimento de competências e projetos pessoais com a necessidade de garantir uma formação sólida e abrangente nas áreas tradicionais do conhecimento.

Gráfico 4. Você sente que há tempo suficiente para se preparar bem para o vestibular durante o ano letivo?



Os dados revelam que a maioria dos estudantes enfrenta dificuldades para conciliar a rotina escolar com os estudos voltados para os vestibulares. De acordo com os dados, 39,4% dos alunos responderam "não muito", indicando que a rotina escolar toma quase todo o tempo e sobra pouco para se dedicar à preparação para os exames. Além disso, 22,9% afirmaram que "não, o tempo é insuficiente e estão preocupados", reforçando a percepção de sobrecarga e falta de tempo. Juntas, essas duas respostas somam 62,3% dos participantes, representando uma maioria significativa que considera o tempo disponível inadequado para se preparar de forma satisfatória para o vestibular.

Por outro lado, 15,6% dos estudantes afirmaram que "às vezes sim, às vezes não", dependendo do período do ano e da carga de atividades, o que demonstra uma oscilação entre momentos de maior e menor disponibilidade. Essa resposta intermediária sugere que a gestão do tempo e o equilíbrio entre as demandas escolares e pessoais variam conforme o calendário e a intensidade das tarefas. Já 15,6% dos alunos afirmaram que "em geral, sim, mas precisam

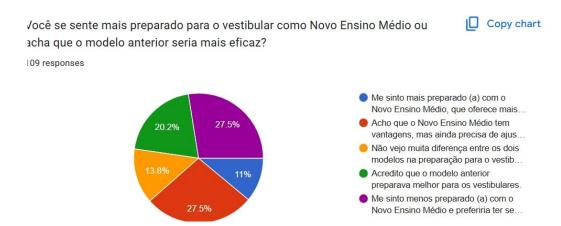




fazer um esforço extra fora da escola", mostrando que, mesmo entre os que conseguem se organizar, é necessário um sacrificio adicional para alcançar um bom desempenho. Por fim, apenas uma pequena parcela respondeu "sim, consigo me organizar e tenho tempo suficiente para estudar", o que representa uma minoria diante do total.

Esses resultados evidenciam que o Novo Ensino Médio e seus itinerários formativos podem estar contribuindo para uma rotina escolar mais densa, com aumento das atividades e diminuição do tempo livre para o estudo autônomo, essencial à preparação para o vestibular. O excesso de carga horária, associado à complexidade das novas propostas curriculares, parece limitar o tempo disponível para revisões, resolução de exercícios e aprofundamento de conteúdos exigidos nos exames de ingresso ao ensino superior.

Gráfico 5. Você se sente mais preparado para o vestibular com o Novo Ensino Médio ou acha que o modelo anterior seria mais eficaz?



O gráfico evidencia opiniões bastante divididas entre os estudantes, refletindo as incertezas e desafios trazidos pela implementação da nova estrutura curricular. Os dados revelam que 27,5% dos alunos afirmaram sentir-se menos preparados com o Novo Ensino Médio e preferirem o modelo anterior, demonstrando uma percepção negativa sobre as mudanças, especialmente no que diz respeito à preparação para os vestibulares. A mesma porcentagem (27,5%) acredita que o modelo anterior preparava melhor para os vestibulares, o que reforça a ideia de que mais da metade dos participantes (55%) considera o modelo antigo mais eficiente nesse aspecto.

Por outro lado, 11% dos alunos afirmaram sentir-se mais preparados com o Novo Ensino Médio, reconhecendo melhorias ou vantagens no novo formato, possivelmente relacionadas à





diversidade de componentes curriculares e à abordagem mais prática e interdisciplinar. Além disso, 13,8% disseram não ver muita diferença entre os dois modelos, sugerindo que, para parte dos estudantes, a eficácia da preparação depende mais do esforço individual do que da estrutura curricular em si. Por fim, 20,2% afirmaram que o Novo Ensino Médio apresenta vantagens, mas ainda precisa de ajustes, indicando uma visão equilibrada: há reconhecimento de potencial na reforma, porém com críticas à sua execução ou aplicabilidade prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise geral dos resultados obtidos na pesquisa sobre o impacto do Novo Ensino Médio na formação dos estudantes, percebe-se que a implementação dessa nova estrutura tem gerado sentimentos mistos e diversas insatisfações entre os alunos. Apesar de a proposta ter como objetivo modernizar o ensino e torná-lo mais flexível e próximo da realidade dos jovens, na prática, os resultados indicam que ainda há uma grande distância entre o ideal proposto e o que é vivenciado no cotidiano escolar. Muitos estudantes expressam a sensação de que o modelo atual fragmentou o ensino e reduziu o tempo dedicado às disciplinas tradicionais, que continuam sendo as principais exigidas nos vestibulares e exames como o Enem. Assim, em vez de fortalecer a preparação para o ingresso no ensino superior, o Novo Ensino Médio tem sido percebido como um fator que dificulta esse processo.

A partir das respostas dos alunos, observa-se que o tempo disponível para os estudos também se tornou uma questão problemática. A rotina escolar, marcada por uma ampla carga de atividades e pela introdução dos itinerários formativos, tem ocupado quase todo o tempo dos estudantes, restando pouco espaço para o estudo individual ou o aprofundamento em áreas específicas. Esse cenário tem provocado uma sensação de sobrecarga e dificuldade de organização, tornando o preparo para o vestibular mais desgastante e menos eficiente. Muitos alunos relatam que precisam buscar alternativas fora da escola para complementar a formação que antes era garantida pelo currículo tradicional.

Outro ponto relevante é que grande parte dos estudantes considera que o modelo anterior de Ensino Médio proporcionava uma preparação mais sólida e eficaz para o vestibular. Essa percepção demonstra que, embora o Novo Ensino Médio traga elementos inovadores — como o foco no Projeto de Vida e o desenvolvimento de competências socioemocionais —, ainda há uma carência de integração entre essas novas propostas e o conteúdo acadêmico exigido nas avaliações externas. Muitos alunos afirmam não perceber uma relação direta entre o que





aprendem nos itinerários e o que é cobrado nas provas de ingresso ao ensino superior, o que reforça a ideia de desconexão entre a escola e seus objetivos acadêmicos.

Além dos aspectos pedagógicos, também se percebe um impacto emocional importante. O sentimento de despreparo e insegurança diante dos vestibulares tem gerado preocupação e, em alguns casos, desmotivação entre os estudantes. Quando o ensino não responde às expectativas e necessidades dos alunos, a experiência escolar perde parte do seu sentido formativo, e o processo de aprendizagem se torna mais mecânico e desanimador. Assim, embora o Novo Ensino Médio proponha uma formação mais integral, muitos jovens ainda sentem falta de um ensino que equilibre a preparação pessoal e profissional com o domínio dos conhecimentos básicos.

Por outro lado, é importante reconhecer que o Novo Ensino Médio apresenta intenções válidas e necessárias, como tornar o ensino mais dinâmico e conectado à realidade contemporânea. O problema não está na proposta em si, mas em sua aplicação prática. A falta de planejamento adequado, de estrutura e de formação continuada para os professores tem comprometido a efetividade da reforma. É essencial que as escolas recebam suporte para adaptar o currículo de forma coerente e que os docentes estejam preparados para trabalhar dentro dessa nova lógica educacional, garantindo que os alunos possam vivenciar uma formação completa e significativa.

Em síntese, a análise evidencia que o Novo Ensino Médio ainda enfrenta desafios significativos para alcançar seus objetivos. O modelo precisa ser ajustado de modo a equilibrar a formação integral do estudante com a garantia de um aprendizado consistente nas disciplinas essenciais. É fundamental ouvir as experiências dos alunos e compreender suas dificuldades para construir um ensino que, além de formar cidadãos críticos e conscientes, também os prepare de forma realista e eficaz para os desafios acadêmicos e profissionais que os aguardam. Somente com esse equilíbrio entre teoria, prática e propósito educacional será possível transformar o Novo Ensino Médio em uma proposta verdadeiramente inclusiva e eficiente.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O direito à educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de justiça. In: XXI Reunião Anual da ANPEd, 21., São Paulo. *Anais*. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1988. p. 1–14.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.* 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (orgs.). *Marxismo e educação: debates contemporâneos.* Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2008. p. 223-274.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. **Alunos no Ensino Fundamental, ampliação da jornada escolar e Educação Integral.** Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 49, 2012.

